



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA**

**THAYSE ARIANE PEREIRA DE SOUZA**

**PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E OS  
DESDOBRAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL: UMA QUESTÃO  
EM DEBATE**

**CAMPINA GRANDE/PB  
2015**

**THAYSE ARIANE PEREIRA DE SOUZA**

**PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E OS  
DESDOBRAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL: UMA QUESTÃO  
EM DEBATE.**

Trabalho de Conclusão de Curso ou  
Dissertação ou Tese apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Gestão  
Pública da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de especialista em  
Gestão Pública.

Área de concentração: Gestão Pública

Orientador: Prof. Ms. Alexandra Souza  
Santos.

**CAMPINA GRANDE  
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S719p Souza, Thayse Ariane Pereira de  
Processo de reestruturação capitalista e os desdobramentos da  
gestão pública gerencial [manuscrito] : uma questão em debate /  
Thayse Ariane Pereira de Souza. - 2015.  
37 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Pública) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio,  
Técnico e Educação à Distância, 2015.  
"Orientação: Profa. Ma. Alexsandra Souza Santos, CSSA".

1.Gestão pública. 2.Contemporaneidade. 3.Reforma. I.  
Título.

21. ed. CDD 351.05

THAYSE ARIANE PEREIRA DE SOUZA

PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E OS  
DESDOBRAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL: UMA QUESTÃO EM  
DEBATE


Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Programa Nacional de  
Formação em Administração Pública da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Especialista em Gestão Pública.

Área de concentração: Políticas Públicas

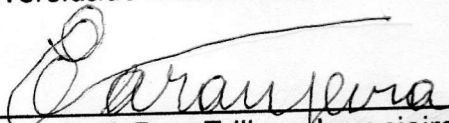
Orientador: Prof. Ms Alessandra Souza  
Santos

Aprovada em: 21/03/2015.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Alessandra Souza Santos.  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Edilane Laranjeira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Alessandro F. da Silveira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, por ser presença constante em minha vida, me concedendo força, orientação, condução e sabedoria nas diversas situações que emergiram em minha jornada, me renovando enquanto ser humano. Afastando de mim todas as forças negativas e me presenteado com a

presença, amizade e coleguismo de pessoas exaltam seu o nome e a sua força. Por propiciar oportunidades, conquistas e distintos aprendizados. A minha família, por minha criação e auxílio na construção do meu caráter, em especial, em memória da minha avó Maria Jória Pinto, pelo elo de amor que carrego comigo, pela admiração por sua espontaneidade e da sinceridade, em memória ao meu avô Sebastião de Barros Pereira, por ter sido o espelho da bondade, da simplicidade e do amor ao próximo, em memória da minha tia Joriete Pinto, por toda a sua humildade. A minha avó e madrinha Josefa Alves por todos os seus conselhos, ensinamentos e valorização, ao meu avô Antônio Araújo, por ser a personificação da honestidade e do trabalho. Á Tácio Silva, por seu companheirismo, apoio e dedicação, a minha amiga Emanuella de Castro Marcolino por toda a sua amizade, respeito e consideração, principalmente por estar presente em todos os momentos da minha vida, a minha professora orientadora Alexsandra Souza Santos, por sua disponibilidade na condução do referido trabalho. Aos meus professores da graduação por todo o aprendizado e contribuições na construção do saber, em especial, Adriana Ferriz, Ranieri Ferreira Torres, Patrícia Crispim, Geraldo Medeiros Júnior e Jordeana Davi, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

À coordenadoria do curso de Especialização, por seu empenho.

À professora Alexsandra Souza Santos pelo auxílio, orientação e correção do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

A minha família, por minha criação e educação. Ao meu primo Arthur Lima, pelo simples fato de existir e ter abrilhantando o lar de todos os meus familiares, a minhas tias Adriana Carla e Aparecida Alves pelo companheirismo em diversas fases da minha vida.

Aos professores do Curso de Especialização da Universidade Estadual da Paraíba UEPB, como também aos meus professores do curso de graduação em Serviço Social pela instituição de ensino UEPB pela dedicação, transmissão de conhecimentos de forma crítica e propositiva por meio das suas aulas, postura profissional e debates, que contribuíram positivamente e forneceram suporte teórico metodológico para desenvolvimento deste trabalho.

## RESUMO

As transformações históricas que se processaram durante o perscrutar histórico do capitalismo atrela-se as alteração nos paradigmas sociais, políticos e econômicos do mundo. Intrínseco as suas reformas de manutenção e reprodução enquanto sistema vigente encontra-se a forma de gerir o setor público, conseqüentemente inferindo modificações de monta para o planejamento e execução das políticas públicas incidindo em toda a sociedade. O estudo se propõe a aprofundar o debate sobre a nova gestão pública: a gerencial, essa se apresenta como produto de um contexto historicamente determinado e de cunho capitalista, expondo os seus contornos no cotidiano dos sujeitos coletivos. A nova administração pública (gerencial) demonstrou-se perfeita para o gerenciamento do Estado reformado, dentre outros motivos por seu alinhamento com relação às recomendações dos Organismos Internacionais para os países latino-americanos, direcionando a racionalização de gastos na esfera social e a solidificação do setor privado na oferta de bens e serviços coletivos. O gerencialismo se apresenta aos brasileiros em novembro de 1995 é formalizado pelo Governo Federal por meio da publicação do documento: Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, executado durante o mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (FHC), intermediado e encabeçado pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Entende-se por meio da leitura das técnicas e operacionalizações neoliberais e gerenciais que a natureza social encontra-se escamoteada, ou seja, saiu das agendas dos Estados, necessitando de força e de legitimidade por parte dos gestores públicos para a sua retomada e operacionalização de uma gestão participativa de caráter democrático. Em meio a essa perspectiva de retração de direitos sociais, o estudo possui como objetivo analisar o processo de reestruturação capitalista e a reforma da Gestão pública no cenário contemporâneo, utilizando como método o materialismo histórico dialético, através do levantamento bibliográfico, almejando intensificar desenvolvimento de um debate e reflexões para estudiosos, em especial, gestores públicos que contribuam positivamente para melhoria da prestação dos serviços públicos.

**Palavras-Chave:** Gestão Pública. Contemporaneidade. Reforma.



## **ABSTRACT**

The historical changes that were processed during the history of capitalism scrutinize the amendment has combined the social paradigms, political and economic world. Intrinsic their maintenance and reproduction reforms while the current system is how to manage the public sector, thus inferring breeding modifications to the planning and execution of public policies focusing on the whole society. The study is to broaden the debate on the new public management: the management, this is presented as a product of a historically specific context and capitalist nature, exposing its contours in the routine of collective subjects. The new public administration (management) proved to be perfect for the state management reformed, among other reasons for its alignment with respect to the recommendations of international organizations for Latin American countries, directing the rationalization of expenditures in the social sphere and the solidification of private sector in the provision of collective goods and services. The managerialism is presented to Brazilians in November 1995 is formalized by the Federal Government through the publication of the document: Master Plan for the State Apparatus Reform, performed during the presidential term of Fernando Henrique Cardoso (FHC), brokered and headed by the then Minister Luiz Carlos Bresser Pereira. It is understood by reading the technical and managerial operationalization neoliberal and the social nature lies concealed, that is, out of the agendas of states, requiring strength and legitimacy on the part of public officials to their resumes and operation of participatory management of democratic character. Amid this perspective retraction of social rights, the study has to analyze the process of capitalist restructuring and reform of public administration in the contemporary scene, using as a method the dialectical historical materialism, through the literature, aiming to enhance development of a debate and reflection for students, in particular, public managers that positively contribute to improving the delivery of public services

Keywords: Public Management. Contemporaneity. Reform.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Breve Ensaio Sobre O Capitalismo: Suas Categorias Fundantes e Facetas De Produção E Reprodução.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>A Roupagem Contemporânea Do Modo De Produção Capitalista E Suas Implicações Na Forma De Gerir O Público.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>Capitalismo e gestão pública contemporânea à moda brasileira.....</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>21</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>22</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O despertar pelo o estudo advém das primeiras reflexões e inquietações fomentadas ao longo da formação acadêmica no bacharelado em Serviço Social que se deu no ano de 2012 na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e teve continuidade e aprofundamento na pós-graduação em Gestão Pública na mesma instituição de ensino, principalmente pelo interesse pelas cadeiras intituladas: O Público e o Privado, Estado e Problemas Contemporâneos e Políticas Públicas, que propiciaram um processo de leitura com encandeamentos históricos críticos no que concerne a compreensão do papel do Estado, assim como também a instigação pela construção de uma gestão pública democrática.

Verificou-se a necessidade de um estudo que contemplasse o entendimento do contexto atual capitalista e seus reflexos; abarcasse o processo de compreensão das categorias que compõe esse modo de produção e os seus mecanismos de reprodução e propagação como sistema, e por fim, a nova gestão pública inserida na referida conjuntura, em especial no Brasil. O estudo se propôs articular leituras e relacionar diversos ramos do saber como a História, a Filosofia, a Sociologia, o Direito, a Ciência Política e a Economia, objetivando mediante um enfoque crítico-social preencher algumas lacunas próprias de uma discussão acadêmica ainda em processo de amadurecimento.

A hipótese que constituiu a perspectiva do estudo e estruturou a análise se deu a partir da ideia de que a recomposição do ciclo do capital interveio no percurso de produção e reprodução material e espiritual da força de trabalho, alterando a forma de gerir o público por meio do gerencialismo, no momento em que consolidou as suas bases inéditas de exploração, por meio de um arcabouço de alterações na organização da produção material, e das modalidades de gestão e de consumo da força de trabalho.

A realização dessa pesquisa contribuiu com o debate e amadurecimento do tema acerca da gestão pública na contemporaneidade e seus impactos na vida dos sujeitos coletivos, visou construir e desconstruir formas de pensar tomando como norte a perspectiva teórica crítica e o método materialista-histórico dialético.

O trabalho possuiu como aspecto basilar a não naturalização das relações sociais capitalistas, alicerçou-se em referenciais totalizantes, que descartam visões

unilaterais, fomentando uma análise que compreenda todos os processos como sendo constituídos de contradições de forças, almejando ultrapassar o caráter aparente dos fatos e chegar à essência dos mesmos.

No que se refere à metodologia, quanto ao tipo de pesquisa, a mesma parte do método materialista histórico-dialético (enquanto posicionamento filosófico frente ao objeto de pesquisa/estudo) concebe os conflitos de poderes arena de articulações de grupos sociais diversos, inseridos em um contexto de forças contraditórias e a realidade enquanto processo dinâmico, *lócus* das relações sociais capitalistas e produto de vários agentes sociais. O diálogo se procede a partir da compreensão de que a realidade não é “única”, devendo ser analisada em sua totalidade, não escamoteando a essência dos fatos, possibilitando a realização de uma mediação que ultrapasse o caráter aparente dos fenômenos.

Quanto aos procedimentos metodológicos (enquanto instrumentos para obtenção de dados e informações), esses se deram a partir da utilização dos recursos bibliográficos, por meio de referenciais teóricos que dão à luz e que ancoraram a temática em estudo, objetivando compreender e interpretar as análises obtidas, assim a pesquisa se caracterizará pelo levantamento bibliográfico referente às áreas de Política Social, Economia Política, Gestão Pública, demais áreas correlatas. Através da pesquisa qualitativa, que permitirá um aprofundamento subjetivo acerca da temática que, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Utilizou-se recursos bibliográficos compatíveis com esse tipo de proposta, para embasar a compreensão desse debate, foi contextualizada a emergência do modo de produção capitalista, algumas das categorias inerentes trazendo os seus contornos até a sua fase contemporânea, situando os mecanismos crise do fim dos anos 1970. Portanto, foram fornecidos fundamentos para embasar a análise da Gestão Pública na contemporaneidade e de como a mesma encontra-se imbricada aos interesses e estratégias de manutenção e reprodução capitalista, enfatizando as repercussões que impactam dentre outros as políticas públicas e a prestação do serviço público, especificamente, no Brasil.

As transformações que se deram durante o modo de produção capitalista recaem de forma direta e indireta na população, constituindo-se o trabalho como a categoria fundante do ser social, o processo de compreensão e análise do capitalismo tomando como foco as suas dimensões atuais e as alterações na gestão pública são de suma importância para a verificação dos impactos vivenciados por todos os sujeitos coletivos.

Dessa forma, as reflexões que foram engendradas tiveram como ênfase o derruir do Estado de Bem Estar Social e a emersão de uma nova roupagem capitalista que se embasa na reestruturação produtiva; na financeirização do capital, no neoliberalismo, esse encontrou como ancora o gerencialismo produzindo efeitos que precarizam as políticas públicas e as relações de trabalho, como também elevam os índices de desemprego.

Inferiu-se que muitas linhas já foram escritas sobre este processo, porém, um estudo que contemple o transcorrer do percurso histórico desse modelo produtivo visando compreender a perspectiva contextual contemporânea e seus reflexos para os trabalhadores imbricando esse processo a gestão pública se apresenta como uma discussão de suma relevância já que atravessa o fortalecimento das categorias profissionais, em especial o gestor público, no sentido que suas ações ganhem força e legitimidade política.

Tendo em vista o exposto o objetivo do estudo constituiu-se em analisar o processo de reestruturação capitalista e a reforma da Gestão pública no cenário contemporâneo, especificamente teve como pontos de análise: apreender a perspectiva sócio histórica do modo de produção capitalista, suas metamorfoses e categorias inerentes; estudar a roupagem contemporânea do modo de produção capitalista e da gestão pública e elencar suas implicações; por fim, evidenciar os pontos de atenção e contribuir para o avanço do debate teórico no que diz respeito a temática.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 BREVE ENSAIO SOBRE O CAPITALISMO: SUAS CATEGORIAS FUNDANTES E FACETAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO.**

Para a realização de uma análise apurada acerca da gestão pública na contemporaneidade e dos seus respectivos impactos é fundamental compreender o movimento do capital, destacar algumas das suas categorias fundantes, e proceder historicamente, para que não ocorra a naturalização das relações sociais. É essencial verificar as alterações históricas desse modo de produção e as devidas modificações dos paradigmas que ocorreram no mundo nos campos: político, econômico, cultural, na esfera social e do trabalho, já que os desafios da gestão pública contemporânea residem nesse novo cenário, exigindo profundas mudanças nos governos e na administração pública em seus diversos níveis.

Nesse sentido, para fomentar o estudo se faz prioritário destacar as categorias que estruturam o capitalismo, para posteriormente imbricar seu funcionamento, suas estratégias de manutenção como ordem vigente, bem como o elo com a gestão pública. Portanto, é primário ressaltar - dentre as diversas categorias que constituem o escopo do modo de produção capitalista - o trabalho, atividade realizada, exclusivamente, pelo ser humano rompendo com o padrão natural, por ser mediado por instrumentos, necessitando de habilidades e conhecimentos advindos do aprendizado, fomentando variadas respostas as diversas necessidades apresentadas no cotidiano da humanidade.

O trabalho se constitui como uma atividade coletiva, o que lhe confere caráter social, configurando-se como uma categoria teleologicamente programada (projetada pelos homens antes da sua realização) podendo ser reproduzida e transmitida por meio de um sistema de comunicação, que requer uma linguagem articulada. Ele atinge os indivíduos e a sua maneira de se organizar, transformando-os, foi por meio do trabalho que emergiram os primeiros grupos humanos, diferentes do ser natural: o ser social, constituindo o ser humano como tal. Desse modo, o ser social constrói um universo de produtos, valores e obras, além das suas objetivações elementares formadas pelo trabalho, se projeta e se satisfaz nas objetivações materiais e ideais da ciência, da arte, entre outros - Práxis -.

Na sua magnitude, a práxis desvenda o ser humano como criativo e autoprodutivo, porém, diante do modo de produção capitalista, os produtos do trabalho e da imaginação passam a controlá-los, lhe aparecendo como algo que lhes é estranho: alienação. Essa se apresenta como categoria inerente ao capitalismo (sistema econômico da propriedade privada dos meios de produção, da divisão social do trabalho e da exploração do homem pelo homem) que se expressa nas relações de trabalho, deixando de provocar a humanização e gerando a regressão do ser social.

Historicamente, no século XVII, entra em vigor a produção mercantil capitalista, a burguesia se apresenta como detentora dos meios de produção e compra a força de trabalho explorando-a, possibilitando ao capitalista, por meio do dinheiro, produzir mercadorias para conseguir mais dinheiro. Na jornada de trabalho está contido um valor a mais de trabalho, e é esse excedente que se designa como mais-valia, apresentando-se como a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, inferindo-se como a base da exploração do sistema capitalista.

O capitalismo se consolidou durante a passagem do século XVII ao XIX, triunfando no século XVIII com a Revolução Industrial, por meio do mercado mundial e desenvolvimento das forças produtivas e as suas classes fundamentais – a burguesia e o proletariado. Atualmente, se configura como um sistema planetário: funda-se na exploração do trabalho e tem como força motriz o lucro, as empresas e os capitalistas só existem por meio desse e priorizam a sua aquisição para não se liquidarem, já que só pode existir e se reproduzir por meio deste.

Durante seu percurso histórico, o capitalismo apresenta-se como um sistema de sucessórias crises, caracteriza-se por sua instabilidade, apresentando tanto expansão e crescimento da produção quanto depressões, que se revelam por meio de falências para a burguesia e em desemprego e miséria para os trabalhadores. Portanto, as crises expressam o caráter contraditório desse modo de produção (são funcionais ao mesmo) considerando que são instrumentos por meio dos quais ele se reestabelece em níveis mais complexos e de maior instabilidade. Dessa forma, aparência do capitalismo, vai se modificando conforme o tempo e as suas necessidades, porém a sua essência continua a mesma – o seu processo de reprodução ampliada.

Infere-se que “ao longo de sua existência, o capitalismo moveu-se (move-se) e transformou-se (transforma-se); mobilidade e transformação estão sempre presentes nele” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 169) por meio do rápido desenvolvimento das forças produtivas, das modificações das atividades econômicas, de inovações tecnológicas e organizacionais, dos processos sociais, políticos e culturais que dizem respeito às classes sociais em um dado momento histórico, aspectos esses que modificam o curso do desenvolvimento do mesmo.

O capitalismo vivenciou diversas transformações, o foco do estudo se atrela a sua forma atual, especialmente a gestão pública contemporânea. É imprescindível enfatizar que a última fase do capitalismo é a imperialista (que se configura como a fase monopolista do capital), que se caracteriza respectivamente como:

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro (...) se caracteriza por 1) concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste capital financeiro, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN apud NETTO; BRAZ, 2007, p. 180).

Em seu processo histórico de pouco mais de um século, o imperialismo sofreu modificações, distintas em três fases: a fase clássica (1890 a 1940); os “anos dourados”, do fim da Segunda Guerra Mundial até a entrada da década de setenta do século XX; e o capitalismo contemporâneo, de meados dos anos 1970 até a atualidade. Nesta última fase temos como face político-ideológica o neoliberalismo, que ganha espaço no momento em que o capital financeiro “abre as portas” para a sua inserção que se deu a partir da produção ampliada do capital.

Almejando compreender a perspectiva atual da gestão pública em sua face gerencial e seus impactos, será ressaltado o derruir dos “anos dourados” e a conseqüente emersão do capitalismo contemporâneo, em especial para compreensão das suas marcas no contexto brasileiro.



## **2.2 A ROUPAGEM CONTEMPORÂNEA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMA DE GERIR O PÚBLICO**

Tomando por base a linha de análise supracitada no capítulo anterior, compreende-se o capitalismo e as suas categorias essenciais e inerentes, a sua forma de ser e de se reproduzir, sendo cabível destacar a fase contemporânea desse modo de produção, reconhecendo as alterações que ocorrem, concomitante, à prática de inúmeras estratégias de manutenção enquanto ordem vigente para que posteriormente consiga-se proceder e entender as modificações na gestão pública oriundas desse cenário.

De acordo com Behring (2003), durante o seu perscrutar histórico, o capitalismo se metamorfoseou. O seu desenvolvimento nos seus diferentes estágios gerou distintas manifestações no mundo do trabalho e no cotidiano da população, porém, o que permanece inalterado, mesmo em meio a todas suas transformações, é a característica própria e peculiar, inerente à relação capital/trabalho: a exploração, ou seja, quanto mais se desenvolve, mais se instauram inéditas e complexas expressões sóciohumanas, relativas à intensificação da exploração que é a sua razão de ser.

Os anos de 1970 foram marcados por uma grande crise no capitalismo monopolista, o padrão de acumulação fordista baseado na produção em série, e o keynesianismo, com o pacto de classes que resultou no Welfare State, não conseguiram conter a queda da taxa de lucro, aumentavam os custos devido ao reconhecimento e garantia das conquistas dos trabalhadores. Portanto, a primeira medida em direção à elevação dos lucros do capital, foi o ataque ao movimento sindical, já que se atribuía a este, a responsabilidade pelos gastos públicos com as garantias sociais e a queda da lucratividade capitalista, devido às suas demandas salariais.

Essa situação foi enfrentada por meio dos seguintes pilares: reestruturação produtiva, financeirização do capital e neoliberalismo. Aportando-se na liberdade de mercado que se dá através: da redução dos direitos sociais e trabalhistas, da quebra do pacto social-democrata e do Estado intervencionista, desembocando ideologicamente no princípio da individualidade acarretando, dentro outros, na desarticulação da luta de classes.

Assim, elenca-se a não participação do Estado na esfera econômica, salvo para dar continuidade ao próprio sistema, o neoliberalismo se apresenta como um ideário que modifica as dimensões, orientações e funções do Estado que passa a ser mínimo, por meio da não intervenção econômica, da privatização de empresas públicas, da redução do gasto público (diminuição de recursos destinados às políticas sociais), entre outros, configurando-se como um projeto centralizado em medidas de ajustes, que se apóia ideológica, política e economicamente em mecanismos que geram a liberdade máxima de mercado, pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país.

Portanto, o neoliberalismo defende que a intervenção estatal é antieconômica e antiprodutiva, não estimula o capital nos investimentos e não incentiva os trabalhadores a trabalharem. Ressaltam que o Estado intervencionista possui cunho paternalista, torna os pobres dependentes do mesmo, pregando a lógica mercadológica que estimula a competição e o individualismo, aspectos que engendram a desigualdade social.

Nessa perspectiva, Netto e Braz (2007) apontam que o capitalismo “globalizado”, “transnacional” e “pós-fordista” “desvestiu a pele de cordeiro”, a restauração do capital não possui nenhum comprometimento com o social, todas as alterações colocadas em prática, possui como foco derrotar qualquer forma de regulação política que se dê além do mercado.

No que se refere ao poder do capital financeiro, este é defendido pelas instituições internacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial – BM, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID), que são representantes oficiais dos Estados mais poderosos do mundo, que atuam pressionando os outros Estados nacionais para que esses adiram às políticas de liberalização, desregulamentação e privatização através de reformas nas esferas política, econômica e sociocultural. Estas instituições assumem atribuições relevantes para o ajuste de integração dos espaços mundiais, visando à produção e a reprodução do capital, portanto, essa nova fase capitalista incide na forma de gerir as políticas públicas.

Na contemporaneidade em tempos de (des) ordem mundial há o aprofundamento da crise social, que advém principalmente, dos investimentos especulativos em detrimento da produção, que se configura como a raiz da

minimização dos postos de trabalho, intensificando e ampliando as manifestações da “questão social”, especialmente o desemprego.

Assim, infere-se que esses ajustes atingem todas as esferas e afetam as relações sociais como um todo, impactando de maneira distinta todos os países do globo, não deixando nenhum imune, principalmente, os países periféricos. Tem-se como consequências desse quadro: a criação de novas formas de trabalho, o processo de contratação da mão-de-obra, as negociações coletivas, as desigualdades sociais, o desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas, a privatização e a “assistencialização” das políticas e dos serviços sociais, a desregulamentação das condições de trabalho, o aumento do pauperismo e dos pobres, a crescente desestabilização dos estáveis, o aumento da insegurança, a responsabilização da sociedade civil pela implementação e financiamento das políticas sociais, a precarização das relações de trabalho, através de fenômenos como a terceirização, contratos de trabalhos temporários sem vínculos empregatícios formais, trabalho informal, entre outros.

### **2.3 CAPITALISMO E GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORANEA À MODA BRASILEIRA**

O Estado tem assumido um posicionamento de submissão aos interesses do capital, havendo uma forte apologia à participação da sociedade civil, para prover respostas às sequelas da “Questão Social”, contribuindo para a desresponsabilização do Estado, o que Anderson (1995) vai nomear de “Estado mini-max”: máximo para o capital através de subsídios, créditos, perdão de dívidas, investimentos em obras de infra-estrutura, dirigidos a apoiar a acumulação privada e políticas econômicas/financeiras com o benefício de uma classe em detrimento da outra de forma evidente; e mínimo para o trabalho, através de medidas de corte dos gastos sociais, da precarização das políticas públicas, do congelamento dos salários do funcionário público, entre outras medidas.

Após a compreensão dos fundamentos do capitalismo, sua essência contraditória de crises e criação de processos para sua recomposição e os embates que esse reordenamento ocasiona no social, nas políticas públicas e na gestão do público, o estudo nesse momento realiza um ensaio sobre conceitos relacionados à gestão pública, suas características e implicações diante do cenário atual, se

aportando no processo histórico, especialmente o brasileiro, no sentido de compreender e levantar um debate acerca da inédita gestão pública contemporânea relacionada à fase atual capitalista e as diversas configurações que assume em meio ao ideário neoliberal.

No que se refere ao contexto brasileiro historicamente de acordo com Behring (2003), durante a ditadura militar brasileira e em muitos dos países da América Latina, países contraíram um enorme montante de empréstimos, ocorrendo um processo de endividamento externo e interno que tiveram rebatimentos na entrada dos anos 1990 (até os dias atuais). Já se gestava nesse período as bases para a implementação do neoliberalismo, por meio, do ajuste fiscal e do redirecionamento das políticas públicas.

No que concerne a Gestão Pública essa é complexa, esta circunscrita dinamicamente em um cenário macro sociopolítico não limitando-se a aspectos internos e a gestão de negócios. Matias-Pereira (2010) reflete que a governança pública tem como responsabilidade bens que pertencem à sociedade e cuja gestão deve ser feita com elevado nível de compromisso, responsabilidade, transparência, ética e senso de justiça. Dessa forma, a maneira de gerir o público encontra-se imbricada ao contexto social, político, econômico determinado em cada momento histórico e foi diante do derruir ditatorial que emergiram dois projetos políticos contrapostos, foram eles respectivamente: o gerencial (que será analisado durante esse estudo); e o societal fundamentado no ideário das mobilizações sociais contra a ditadura, nos partidos políticos esquerdistas, nas experiências alternativas de gerir o público, como por exemplo, o orçamento participativo, entre outros.

Esses modelos esboçavam formas distintas de métodos e técnicas de administração pública que segundo Waldo, (1971) se constitui como “a organização e gerência de homens e matérias para a consecução dos propósitos de um governo, é a arte e a ciência da gerência aplicadas aos negócios do Estado”. Essa se configura como esfera essencial e de suma importância, por ser a responsável pela realização da leitura e da compreensão dos objetivos da gestão com o intuito de transformá-los em ação organizacional, por meio do planejamento, da organização, da direção e do controle, que determinam a maneira de distribuir e de exercer a autoridade política e como se atendem aos interesses públicos.

Conforme indica Wilson (1989) *apud* Matias-Pereira (2010) o Estado através da administração pública tem o dever de fornecer respostas às demandas

apresentadas pela sociedade, prestando serviços públicos de qualidade e de maneira transparente. Dessa forma, o papel da administração pública é de atuar como eixo transmissor entre o Estado e a sociedade, para arcar com a sua responsabilidade a administração em seus distintos níveis tem que esta devidamente estruturada e desempenhar sua função com eficiência, eficácia e efetividade contribuindo positivamente para a concretização dos anseios da sociedade.

Considerando as duas vertentes supracitadas anteriormente, o modelo de administração pública que prevaleceu (a gerencial) se respaldou no ideário que emergiu na Inglaterra e nos Estados Unidos durante os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, os referido governos atacavam os estados de bem-estar social salientando a ineficiência da gestão dos serviços públicos que esta diretamente ligado a época e a noção de Estado e da relação desse com a sociedade, na contemporaneidade as alterações que se deram mundialmente, em especial, no Brasil tem refletivo na noção de serviço público.

Portanto, a vertente gerencial se sobrepôs postulando que o Estado deveria reduzir o seu tamanho, se tornar mais ágil, flexível, eficiente, e, principalmente, “mais responsável diante da sociedade” (Fleury, 2001). Dessa maneira, como doutrina flexível e aberta, a gerencial, embasou o projeto político escolhido e consequentemente aplicado no país.

como há uma estreita conexão entre os valores e ações de cunho gerencialista e as prerrogativas pós-fordistas da reestruturação produtiva da economia mundializada, o gerencialismo passou a representar as necessidades das mais diversas empresas e governos, transcendendo, portanto, as matrizes histórico-culturais locais” (PAULA, 2005, p. 36).

Nesse sentido, infere-se a inserção de uma nova forma de gerir o público, a inovadora Gestão Pública possui a sua gênese articulada ao árduo debate sobre a crise de governabilidade e credibilidade do Estado na América Latina durante as décadas de 80 e 90, interligado ao contexto do movimento internacional de Reforma do Aparelho do Estado ancorado no gerencialismo, e seu modelo de gestão administrativa.

Na perspectiva do gerencialismo, a administração pública tem como premissa orientar suas atividades de modo a garantir controle, eficiência e competitividade. Esse modelo se expandiu pela Europa e América Latina, no Brasil esse movimento

se fortificou na década de 90 com o processo de desenvolvimento da administração pública gerencial, com o consenso político liberal, dessa forma:

a reforma administrativa possui influência da vertente gerencial inglesa e com premissas gerencialistas do modelo americano. Assim, as ideias centrais da reforma do Estado estavam de acordo com a proposta gerencialista que vinha sendo construída no mundo desde a década de 1970. (OLIVEIRA; SILVA; BRUNI, 2012, p. 64).

Tendo em vista o exposto, historicamente com o processo de redemocratização do Brasil no pós-ditadura militar, abriu-se espaço para a construção de um modelo de gestão pública aberta que fomentasse respostas aos interesses dos cidadãos brasileiros. A dívida externa que aumentava exponencialmente condicionou as medidas que foram adotadas no período de abertura democrática, condicionando também as políticas sociais e suas bases de implementação.

Almejando redirecionar o papel do Estado em sua forma de se organizar e o seu peso na economia nacional, ampliando os espaços onde o mercado capitalista irá regular (impactando dentre muitos fatores o contrato e funcionamento do trabalho) o ideário neoliberal passou a vigorar a partir da década de 1990 se ancorado no Brasil, especificamente no Governo Collor. Por meio de estratégias de ação reformistas neoconservadoras, houve implementação de uma Gestão Pública que subsidiasse o referido projeto, esse período apresenta ao país os primeiros sinais de significativas alterações, que irão se dá de maneira negativa para o social.

O gerencialismo se apresenta aos brasileiros especificamente em novembro de 1995, o Governo Federal o formaliza por meio da publicação do documento: Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, executado durante o mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (FHC), intermediado e encabeçado pelo então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, diretor do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que estudou e formulou estratégias de adaptação desse modelo ao contexto nacional que desembocou (em 1995) no Plano Diretor de Reforma do Estado.

Dentre os objetivos definidos pelo Plano, tem-se: aumentar a capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência; introduzir, no sistema burocrático, uma cultura gerencial baseada na avaliação do desempenho; introduzir uma administração pública gerencial, baseada no controle a posteriori dos

resultados e a competição administrativa, dentre outros. (BRASIL, 1995), portanto almejou-se:

uma reforma política que dê maior legitimidade aos governos, o ajuste fiscal, a privatização, a desregulamentação (...) e uma reforma administrativa que crie os meios de se obter uma boa governança. (...) a reforma do aparelho do Estado-, uma reforma que propiciará que se estabeleça, no setor público, uma administração pública gerencial. (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 1998, p.36)

De acordo com o mentor intelectual Bresser-Pereira (2006), o modelo gerencial surge no país da crise do governo militar, configurando-se como resposta aos problemas ocasionados pelo mesmo: à grande crise financeira dos anos 80 - caracterizada especialmente pela redução da taxa do PIB -; o aumento inflacionário e à globalização. Nesse contexto, devido a perda de forças da ditadura e eleição de um presidente civil de maneira indireta, abriu-se as portas para a democracia, ocasionando a necessidade do Brasil rever a sua gestão e conseqüentemente implantar ferramentas mais modernas.

Vale salientar que esse movimento reformista que deu suporte as diversas alterações ocorridas na contemporaneidade tem como base a cultura do empreendedorismo, que segundo HARVEY (1992) se apresenta como um reflexo do capitalismo flexível caracterizado por um código de valores e por condutas que orientam a organização das atividades objetivando o controle, a eficiência e a competitividade máxima. Desse modo, existe uma conexão entre os valores e ações gerencialistas e os aspectos pós-fordistas da reestruturação produtiva, infere-se o resgate de valores como o esforço, a motivação, a excelência, a independência, a flexibilidade, a responsabilidade pessoal, entre outros aspectos.

O modelo gerencial aplica na administração pública técnicas marcantes executadas nas empresas privadas com fins lucrativos. O referido modelo é fomentado por um Projeto Político que destaca a eficiência administrativa, o ajuste estrutural, se respalda nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista. As suas dimensões estruturais são: a econômico-financeira e institucional-administrativa; que têm como abordagem de gestão o Gerencialismo que enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público.

No que concerne à perspectiva de abertura das instituições políticas à participação social, essa se restringe a esfera do discurso, já que o projeto em estudo se configura como sendo centralizador do processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular. Porém, no diagnóstico de Bresser:

A Reforma do Estado nos anos 90 é uma reforma que pressupõe cidadãos e para eles está voltada. Cidadãos menos protegidos ou tutelados pelo Estado, porém mais livres, na medida em que o Estado que reduz sua face paternalista, torna-se ele próprio competitivo, e, assim, requer cidadãos mais maduros politicamente. Cidadãos talvez mais individualistas porque mais conscientes dos seus direitos individuais, mas também mais solidários, embora isto possa parecer contraditório, porque mais aptos à ação coletiva e portanto mais dispostos a se organizar em instituições de interesse público ou de proteção de interesses diretos do próprio grupo (Bresser Pereira, 1997, p. 53).

Esse inédito ideário instituiu novas formas de pensar e agir correlatas as estratégias de manutenção da Gestão Pública gerencial. Infere-se que a construção e a solidificação ideológica proveniente do Estado reformado objetivaram a cooptação dos trabalhadores, que nesse momento, desprovidos de sua identidade de classe, e providos de uma individualidade no que concerne as suas lutas por interesses particulares, passam a se apresentar como parceiros solidários ao projeto desenvolvido por Bresser Pereira.

Assim, o movimento em estudo se ancora nas seguintes estratégias: desenvolvimento dependente e associado; direcionamento neoliberal de estabilização econômica; reformas administrativas contemplando o mercado, entre outros. Nesse sentido, as mudanças propostas alicerçadas nessas estratégias teoricamente almejam a elevação do desempenho do setor público, porém o que prevalece na prática é o processo de mercadorização das relações sociais. A nova administração pública (gerencial) demonstrou-se perfeita para o gerenciamento do Estado reformado, dentre outros motivos por seu alinhamento com relação às recomendações do Consenso de Washington para os países latino-americanos.

As reformas administrativas implementadas no mundo contemporâneo, que atingiram a maioria dos países do mundo, em especial os países em desenvolvimento, foram determinadas pelo Consenso de Washington, tendo um cunho neoliberal. Esta reunião tinha como objetivo discutir as reformas necessárias para a América Latina como um dos seus planos de ação: o equilíbrio fiscal. (OLIVEIRA; SILVA; BRUNI, 2012, p. 67).



Ainda nesse sentido, segundo Bresser, a reforma Estatal teria o intuito de modificar o modelo de administração pública que vigorava no país, assim, para além da reorganização do Estado, também deveriam ser alteradas outras dimensões: a cultural e a gestão, a administração pública deixaria de ser burocrática e passaria a ser gerencial, trabalhada pelos gestores públicos por meio da adaptação de instrumentais técnicos operativos de empresas privadas no setor público.

Bresser-Pereira (1998) enfatiza que os principais objetivos da administração pública gerencial são: melhorar as decisões estratégicas do governo e da burocracia; garantir a propriedade e o contrato, promovendo um bom funcionamento dos mercados; propiciar a autonomia e capacitação gerencial do administrador público e assegurar a democracia através da prestação de serviços públicos orientados para o cidadão-cliente e controlados pela sociedade, para tanto, ele defende a profissionalização e o uso de práticas de gestão do setor privado.

De forma sintetizada, as abordagens do gerencialismo, apesar de haver diferenças sutis entre elas, concebem uma valorização do serviço público a partir da adoção de técnicas gerenciais das empresas privadas. O pensamento corrente é o de que todas as vezes que a administração pública necessita melhorar a qualidade de seus serviços e buscar a eficiência, deverá recorrer às técnicas e aos processos de reestruturações organizacionais utilizados pelas empresas privadas. (OLIVEIRA; SILVA; BRUNI, 2012, p. 70).

A nova gestão pública se apresenta como competitiva orientada por missões e resultados, direcionadas ao cliente, ao empreendedor, orientada para o mercado, o qual retoma o ideário liberal da mão invisível de Adam Smith. Bresser imprimia para o Brasil a ideia de que a eficiência no desempenho das atividades públicas refletiria melhorias significativas caso aplicasse valores e técnicas do setor privado, como exemplo se tem: a minimização do peso das regras e procedimentos abrindo espaço para as iniciativas, ampliando a responsabilidade de níveis subordinados e realizando a apuração da opinião dos clientes.

No Brasil seguindo as recomendações Plano Diretor se deu a reforma constitucional através da promulgação da emenda constitucional de 1998. Nesse sentido, foram divididas as atividades exclusivas do Estado e as não exclusivas do mesmo, ou seja, aquelas na qual a sua prestação também pode ser desempenhada pelo mercado, por se constituir como serviços de caráter competitivo - como a saúde, a educação e a assistência social.

Portando, a reforma do Estado recomendada pelos organismos internacionais é direcionada a racionalização de gastos na esfera social e a solidificação do setor privado na oferta de bens e serviços coletivos. Essas instituições guiam os governos a maximizarem a prioridade aos setores sociais fundamentais, ou seja, os inseridos em uma situação de vulnerabilidade, na promoção de políticas públicas focalistas, que forneçam maior eficácia e equidade aos gastos sociais, esta orientação dissolve o caráter universal de tais políticas, que foram onerosas às lutas sociais.

Portanto, ocorre à diminuição da intervenção estatal na área social, simultânea ao repasse da gestão de bens e serviços públicos para redes privadas, tais como a saúde e a previdência, mediante a transferência de recursos públicos. As políticas públicas estatais são desenhadas almejando amenizar os casos de extrema pobreza, por meio de critérios de seletividade norteadas pela “economia” dos gastos estatais (para o social), exigindo a criação de mecanismos que rebaixam as necessidades humanas ao mínimo (caráter emergencial), visando à diminuição das despesas do Estado.

Em contraposição as ideias de Bresser e realizando uma análise crítica por meio da totalidade, Behring e Boschetti (2008) ressaltam a ótica de que o processo de reforma e sua maneira de gerir o público se imprimem desconfigurando as políticas sociais garantidas, minimizando-as a programas focais, assistenciais e seletivos dirigidos aos grupos de maior pobreza, esvaziando seu caráter universal. Ao tempo, que se tem aberto o mercado para o fornecimento de serviços coletivos acessíveis de acordo com o poder de compra de cada sujeito, retirando o caráter público desses.

Portanto, a década de 90 se apresenta como adversa ao avanço da Constituição Federal de 1988, já que os direitos sociais nela conquistados começaram a se abater devido ao processo de “contrarreforma” do Estado, este termo é assim usado tendo em vista que as reformas do Estado constituem para os trabalhadores uma regressão de seus direitos outrora conquistados (BEHRING, 2003), que ocasionou vários empecilhos e redimensionamentos das conquistas postas na Constituição Federal de 1988, em um cenário de desmonte das bases políticas, que ocorreu através da ampliação do desemprego e da violência. Esse momento também se instituiu como contraditório e dissonante para a constituição/efetivação das políticas sociais e de um modelo de bem estar social. O

Brasil ainda sofria a transição democrática, que tinha como horizonte a ampliação das políticas sociais.

O conjunto das reformas neoliberais debilita exponencialmente as capacidades das instituições estatais em termos de ação e coordenação geral das políticas públicas, minimizando a ação do Estado enquanto agente de desenvolvimento e integração social, de valorização e eficácia dos serviços públicos e do funcionalismo público, desmontando assim as bases da constituição dos atores sociais e da representação simbólica coletiva da comunidade política (GÓMEZ, 2000, p. 94).

Portanto, as reformas ocorridas na década de 90 que tiveram seu desenrolar nos anos 2000, direcionaram para a afirmação de um modelo de proteção social aos trabalhadores voltada categoricamente para a suavização e administração dos índices de pobreza. Essa contra-reforma pretendia garantir novas associações e parâmetros para o atendimento das necessidades sociais – sem romper com a lógica da acumulação e da racionalidade do lucro e tem por objetivos:

Transformar o cidadão sujeito de direitos num cidadão-consumidor; o trabalhador num empreendedor; o desempregado num cliente da assistência social; a classe trabalhadora em sócia dos grandes negócios e as comunidades em células do “desenvolvimento local”, delas surgindo uma “sociedade solidária e cooperativa” (MOTA, 2008, p. 31-32).

A qualidade dos serviços sociais é cada vez mais precária e o que se preza é a quantidade e não a qualidade. Teremos no país dois sistemas de atendimentos para responder as duas classes sociais: a que pode pagar e que não pode. Para os que podem pagar existirão os serviços do mercado (não necessariamente de qualidade, existindo de todos os níveis e preços), e para os que não podem irão depender da oferta do Estado – que pode ser ofertado de forma direta ou indireta por meio de parcerias com a sociedade civil.

Essa questão que é agravada com o processo de “assistencialização” da pobreza, que busca cotidianamente alternativas de desconfigurar as políticas públicas de sua perspectiva de direito e reconfigurá-las a partir dos ditames e interesses hegemônicos, acompanhado desses processamentos que se dão na contemporaneidade, ainda se tem o desenho da descaracterização da cidadania, já que essa passa a ser vinculada ao consumo, ou seja, ao cidadão consumidor.

Portanto, as transformações que se deram devido a globalização nas esferas geopolíticas, econômico-financeiras, tecnológicas, organizacionais, comerciais e informacionais está gerando transição em todos sentidos, em especial, nos âmbitos

do governo e da administração pública, apresentando os diversos desafios que foram postos anteriormente ao gestor público. Já que a nova administração pública gerencial não está sendo capaz de fornecer respostas concretas aos problemas sociais, contrariamente, vem gerando a retração de direitos onerosos aos trabalhadores e às políticas públicas.

Dessa forma, constata-se que o gerencialismo por meio do seu modelo administrativo não tem conseguido prover a função de elevar a qualidade dos serviços prestados à população. Devido à alteração da maneira de formular e implementar as políticas públicas infere-se um retrocesso, o qual precisa ser analisado na busca pelo aprofundamento do debate teórico que envolvem essas questões a fim de minimizar a elevada desigualdade socioeconômica brasileira, aspecto esse que exige interesse por parte dos gestores públicos, requerendo uma administração pública competente.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos 90 foram os anos da reforma do Aparelho do Estado e, especialmente, da reforma da administração pública. Os governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso não levaram em consideração a relevância da gestão pública, ambos se ancoraram no neoliberalismo. Portanto, a reforma até então proposta se limitou ao corte de pessoal e a minimização do papel estatal, dessa forma, reduzindo o aparato administrativo e agravando a ineficiência do serviço público.

O movimento mais forte para reformar a gestão pública: o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE– de Bresser Pereira ficou conhecido como Reforma Gerencial, tecnicamente, o referido plano incorporou ferramentas e método advindos do mundo das corporações fundindo e ou adaptando ao neoliberalismo. Mesmo que o referido mentor intelectual negasse que o seu projeto se tratasse de uma reforma neoliberal.

Diante desse contexto histórico contemporâneo, o gerencialismo teoricamente pregava o foco no resultado e no cidadão, porém não conseguiu concretizar seu embasamento na prática, já que a aplicação do método processou-se imbricado ao ideário neoliberal que não possui como foco o cidadão, a sua meta principal é destinada à redução do papel do Estado, deixando o mercado livre para atuar, seguindo o preceito de que este só deve se envolver na socialização dos prejuízos gerados, portanto abrindo espaço para a aplicação das regras mercadológicas.

Entende-se por meio da leitura das técnicas e operacionalizações neoliberais e gerenciais que a natureza social encontra-se escamoteada, ou seja, a mesma saiu das agendas dos Estados, necessitando de força e de legitimidade por parte dos gestores públicos para a sua retomada. O objetivo da aplicabilidade da gestão social possui uma concepção que vai além da resolução de problemas sociais, ou seja, não se restringe a essa esfera, constituindo-se como uma prática de incorporação da participação da sociedade civil nos distintos espaços sociais de discursão e de decisão das políticas públicas, que se sobreponha ao modelo de mercado que torna as relações sociais alienadas já que “coisifica” as mesmas.

Nessa perspectiva, infere-se a transformação e o desmonte do Estado de cunho social, a não preocupação com os serviços públicos, pois consideraram e

naturalizaram as relações capitalistas implicando dizer que as desigualdades sociais são naturais. A reforma promovida pelo grupo citado anteriormente promulga a eficiência do Estado, implicando simplesmente em diminuí-lo, ocasionando o sucateamento dos serviços públicos, prejudicando as políticas públicas e os sujeitos sociais.

Desse modo, a partir do processo de contrarreforma do Aparelho do Estado, as políticas sociais tendem à focalização, os gastos sociais são direcionados aos setores de extrema pobreza; à descentralização da gestão da esfera Federal para estados e municípios, sem a contrapartida de recursos necessários a esse processo; à participação na esfera local de organizações não governamentais, filantrópicas, comunitárias e de empresas privadas; à privatização, com o deslocamento de prestação de bens e serviços públicos para o setor privado, que é regido pelo mercado.

Tendo em vista o exposto, vale destacar que a vertente gerencial almejando o ajuste estrutural para a reorganização do aparelho do Estado reestrutura a sua gestão através do foco nas questões de caráter administrativo, sendo a participação social ofuscada neste processo. Dessa forma, constata-se que as ações do Estado possuem caráter assistencialista e emergencial, mantêm os usuários constantemente em um “círculo de atenção”, sem possibilidades de rompimento com essas condições, já que as ações propostas não vão até a raiz do problema, funcionando apenas como paliativos. Contradizendo o discurso de que projetos e programas encabeçados na contemporaneidade são responsáveis pelo rompimento do referido “círculo vicioso” por parte dos indivíduos e de suas famílias.

Vale salientar que não existem condições estruturais das políticas sociais e econômicas para o encerramento dessa situação social, porque as ações implementadas para lidar com o “trato da pobreza” se configuram como pontuais, sendo mediada por ações que interferem nas “disfunções naturais”, almejando a integração do sujeito ao meio e a ordem vigente, fundamentando-se essencialmente nas potencialidades individuais, ideário esse totalmente vinculado às concepções neoliberais.

Assim, se faz fundamental para a obtenção de uma gestão pública democrática e interligada aos interesses dos cidadãos a ênfase da dimensão sociopolítica, já que essa permite compreender os problemas situados no âmago das relações existentes entre o Estado e a sociedade, contemplando os direitos e a

participação popular na esfera da gestão. Portanto, para a aplicabilidade dessa forma de gestão pública é fundamental a criação de estruturas e a elaboração de canais de participação nos níveis institucionais para a viabilização da inserção popular ampla, indo além de perspectivas esparsas.

É sabida e considerada como de suma importância às experiências participativas que estão em curso como, por exemplo: os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, os Fóruns Temáticos e o Orçamento Participativo que se apresentam como de suma importância para a população, mas é necessário ampliar e fazer com que esse leque não se limite a experiências locais e fragmentadas, portanto é fundamental que haja a articulação dessas ideias e práticas para a atuação de um Estado amplo para o social.

Dessa maneira, é necessário que ocorra a criação de arranjos democráticos nas instituições que permitam a participação e a organização popular, também é essencial construir formas para a inclusão dos setores marginalizados na deliberação de temáticas referentes ao interesse público; que haja a possibilidade de negociações sobre os distintos interesses no espaço público e de forma transparente para a construção e consolidação de instituições políticas mais abertas e direcionadas a participação social e norteadas para os cidadãos, ou seja, escanteando percepções que centralizam os processos decisórios inspirados no movimento Internacional de reforma do Estado.

Dessa forma, considera-se que no Brasil o gerencialismo fracassou, o principal intuito de sua aplicação era o de sobreposição aos aspectos burocráticos, porém constata-se que o ritmo lento e gradual ainda se encontra presente no desenvolvimento dos serviços públicos mesclado a outras formas de gestão pública, como a patrimonialista. É perceptível, que o gerencialismo com suas mudanças na administração pública não apresenta êxito, já que não demonstram indicadores positivos na vida dos cidadãos.

Portanto, é fundamental a valorização dos servidores públicos que em meio ao cenário atual encontram-se imersos na precarização dos seus instrumentos de trabalho, vinculados através de contratos informais e executando políticas públicas focalizadas. Também, é essencial resgatar a função básica da administração pública para atender os interesses da sociedade, já que a transformação do Estado e a minimização do social é consequência de uma política econômica orientada para a oferta dos mercados.

A administração gerencial apresenta uma gestão ineficiente, apresenta a escassez de recursos e almeja a eficácia e abundância redefinindo as ações desempenhadas pelo Estado, portanto frustrando a vida dos cidadãos. Desse modo, para reverter esse quadro instável para o social é fundamental que o gestor público possua uma visão totalizante acerca dos problemas, necessidade e possibilidades administrativas identificando as limitações dos papéis desenvolvidos pelas organizações públicas, quebrando paradigmas e fornecendo alternativas críticas para melhorar o desempenho da gestão pública, elevando a qualidade na prestação de serviços públicos para o povo, portanto, aspirando transformações societárias nas práticas de gestão que favoreçam a democracia, a participação da sociedade e os direitos sociais.



## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.  
Disponível em:  
<<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>.  
Acesso em: 10 jan. 2015.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. Cadernos MARE da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

\_\_\_\_\_. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. 34 ed. Brasília: ENAP, 1998.

\_\_\_\_\_. Estratégias Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**. v. 26, n. 2, p. 203-230, 2006.

\_\_\_\_\_; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

COELHO, Ricardo Corrêa. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; **O público e o privado na gestão pública**. Brasília: CAPES/UAB, 2009.

COMBLIN, José. **O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século**. 2ª ed. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1999. 78p.

CORREIA, M. V. C.. A Saúde no Contexto da Crise Contemporânea do Capital: O Banco Mundial e as tendências da contra-reforma na política de saúde brasileira.

Política de Saúde e Serviço Social: Impasses e Desafios. **Temporalis - Revista da ABEPSS**. Ano VII, n. 13, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Ágora**. n. 3, ano 2, 2005.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FLEURY, Sonia. Reforma del Estado. **Revista de Administração Pública**. v.35, n.5, p. 7-48, 2001.

GÓMEZ, José María. **Política e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUERRA, Yolanda. Direitos Sociais e Sociedade de Classes: O Discurso do Direito a Ter Direitos. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (orgs). **ÉTICA E DIREITOS: ENSAIOS CRÍTICOS**. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: editora Lumen Juris, 2010.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** . 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS. n. 3, ano 2, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LAURELL, Ana Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: Laurell, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. Trad. Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1995.

LESSA, Sérgio. **Serviço Social e Trabalho**: Porque o Serviço Social não é Trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 23 ed. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública contemporânea**. 3 ed. São Paulo: Atilas, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Século XXI – Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna. **Estado e Gestão Pública: visões do Brasil Contemporâneo**. 2 ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

MONTAÑO, Carlos. O projeto neoliberal de resposta à 'questão social' e a funcionalidade do 'terceiro Setor'. **Revista Lutas Sociais**. n. 8, p. 53-64, sem.1, 2002.

\_\_\_\_\_ ; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Terceiro Setor e questão social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo, Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete (org). **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **O mito da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. In: MOTA, Ana Elizabete (org.s). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo, Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista em pauta: teoria social e realidade contemporânea**. n. 19, 2007.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo Moraes dos Reis. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo. (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 24-8.

OLIVEIRA, André Browne Ribeiro E; SILVA, Uilcleides Braga; BRUNI, Adriano Leal da. Gerencialismo e desafios contemporâneos da gestão dos custos públicos no Brasil. **REVISTA DE ESTUDOS CONTÁBEIS**. v. 3, n. 5, p. 63-82, 2012.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Administração Pública Brasileira Entre o Gerencialismo e a Gestão Social**. Revista de Administração de Empresas. v. 45, n.1, p. 36-49,2005.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_; GALÍZIA, Silvina. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, n. 14-15.

RUA, Maria das Graças. Departamento de Ciências da Administração / UFSC. **Políticas públicas**. Brasília: CAPES UAB, 2009. 130p.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 205.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Brasília: CAPES UAB, 2009.144p.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. In: **Capacitação e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

WALDO, Dwight. **O estudo da administração pública**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1971.